

A TEORIA SOCIOLÓGICA DE BASIL BERNSTEIN E A RECONTEXTUALIZAÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR DE GEOGRAFIA

Tatiane Nunes Loiola Vieira

Resumo

O presente resumo discute a teoria sociológica de Basil Bernstein e os processos de recontextualização no ensino de Geografia. Fundamentado nos construtos teóricos da Nova Sociologia da Educação (NSE) e na perspectiva analítica da recontextualização de Bernstein, esse trabalho visa discutir como o currículo escolar de Geografia é reinterpretado e recontextualizado. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de abordagem eminentemente qualitativa com o propósito de identificar, apresentar e discutir as principais produções existentes sobre a teoria de Basil Bernstein no campo educacional, bem como no ensino de Geografia, mediante consulta a livros, capítulos de livros e a dissertações, teses e artigos científicos. O resultado dessa revisão bibliográfica está estruturado em duas partes. Na primeira, realiza-se uma discussão conceitual acerca da teoria sociológica de Basil Bernstein, fundamentada principalmente nos estudos do próprio Bernstein (1996), de Mainardes e Stremel (2010), Eugênio (2009, 2017), Moraes e Neves (2007). Na segunda parte, é apresentado o resultado de um levantamento bibliográfico sobre a recontextualização do currículo escolar de Geografia, referenciado especialmente nos estudos de Stefenon e Castellar (2016,), Stefenon (2017), Santos (2021), Santos, Eugenio e Pereira (2022), Rosa (2017), Rosa e Souza (2018) e Soares (2011). Por meio dessa revisão bibliográfica, verifica-se uma produção incipiente no que se refere à contribuição da teoria de Basil Bernstein na compreensão de como os conhecimentos geográficos oficiais prescritos no currículo escolar de Geografia são recontextualizados até o micro contexto da sala de aula.

Palavras-chave: Currículo; recontextualização; ensino de Geografia.

Introdução

Nestas inserções introdutórias é apropriado destacar que esse resumo emergiu do artigo com o mesmo título apresentado à disciplina Ensino, Currículo e Práticas Pedagógicas no curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Ensino da Rede Nordeste de Ensino (RENOEN), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Conduzido pelo objetivo de discutir a teoria sociológica de Basil Bernstein e como o currículo escolar de Geografia é reinterpretado pelos professores, este resumo tende a contribuir com o debate teórico e empírico sobre os processos de recontextualização do conhecimento geográfico prescrito no currículo escolar oficial.

Esse resumo sustenta na perspectiva da Nova Sociologia da Educação (NSE) de que existem relações perenes entre conhecimento e poder, corporificadas nos currículos e reproduzidas no cotidiano escolar. Dessa forma, o currículo é aqui

compreendido não como um elemento neutro de transmissão desinteressada do conhecimento, pelo contrário, ele transmite visões interessadas e hegemônicas, que produzem identidades individuais e sociais (Moreira; Silva, 2005). Assim, esse estudo se faz pertinente seja por considerar importante a influência das relações de poder nas práticas pedagógicas do professor, seja por analisar como o conhecimento chega ao aluno a partir das principais referências encontradas sobre os processos de recontextualização que ocorrem no ensino de Geografia.

Basil Bernstein (1996) denomina recontextualização a transição dos discursos oficiais das ciências para o contexto da sala de aula, assim como o processo de transformação do conhecimento científico em conhecimento escolar. Tal conceito é basilar desse estudo que possui um importante potencial analítico e parte do princípio de que os textos curriculares passam por diferentes processos de reinterpretações (Eugenio, 2017). Fundamentado na perspectiva analítica da recontextualização, esse resumo pretende responder a seguinte questão: como o conhecimento geográfico é deslocado desde a sua produção no macro contexto da ciência de referência até a sua reprodução no micro contexto das escolas?

Metodologia

Na expectativa de responder tal questão norteadora, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de natureza predominantemente qualitativa, com o intuito de promover uma discussão teórica referenciada por alguns dos principais estudos sobre a teoria de Basil Bernstein e a recontextualização do currículo escolar de Geografia. Esse levantamento bibliográfico fundamentou-se em Marconi e Lakatos (2022, p. 225) os quais afirmam que “[...] em um dado local, alguém ou um grupo, em algum lugar, deve ter feito pesquisas iguais ou semelhantes, ou mesmo complementares de certos aspectos da pesquisa pretendida”. A realização desse tipo de pesquisa possibilita identificar e conhecer importantes produções acerca da temática investigada, contribui para constituição do referencial teórico desse trabalho e consubstancia um debate de expressiva envergadura sobre a singular teoria de Basil Bernstein.

No levantamento bibliográfico realizado, o banco de dados consultado para identificar teses e dissertações sobre a recontextualização no ensino de Geografia foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), os artigos científicos no portal Scielo e os livros e capítulos de livros usados para embasar o presente estudo são parte do referencial bibliográfico trabalhado na disciplina Ensino, Currículo e Práticas Pedagógicas e indicações do professor regente da disciplina. Na pesquisa foram utilizadas as palavras-chave “recontextualização e ensino de Geografia”, “recontextualização e Geografia”, além de “Basil Bernstein e Geografia”, com o objetivo de demarcar os resultados das buscas ligadas ao tema estudado. Dentre as produções encontradas, foram priorizadas as escritas no idioma nacional e foi feita a leitura dos resumos dos artigos, das teses e das dissertações, para finalmente escolher as referências mais pertinentes e adequadas ao objeto de estudo desse trabalho.

O resultado dessa revisão bibliográfica está estruturado em duas partes. Na primeira, realiza-se uma discussão acerca da teoria sociológica de Basil Bernstein, com ênfase na Teoria do Dispositivo Pedagógico e na perspectiva analítica da

recontextualização fundamentada principalmente nos estudos do próprio Bernstein (1996), de Mainardes e Stremel (2010), Silva (1999), Valle (2011), Eugênio (2009, 2017), Moraes e Neves (2007). Na segunda parte, é apresentado o resultado de um levantamento bibliográfico sobre a recontextualização do currículo escolar de Geografia, referenciado especialmente nos estudos de Stefenon e Castellar (2016), Stefenon (2017), Santos (2021), Santos, Eugenio e Pereira (2022), Rosa (2017), Rosa e Souza (2018), Soares (2011). Estes são os principais autores identificados e referenciados que possibilitaram discutir as reinterpretações que o conhecimento geográfico experimenta ao longo do percurso que inicia no macrocontexto da produção e se encerra no microcontexto da reprodução.

Resultados e discussão

O presente estudo encontra sustentação teórica predominantemente nos construtos da chamada Nova Sociologia da Educação (NSE). Segundo Stefenon (2017), a NSE foi um movimento de renovação do pensamento sociológico britânico e surgiu em razão da publicação, em 1971, do livro *Knowledge and Control: New Directions for the Sociology of Education*. Na perspectiva da NSE, o currículo e o conhecimento escolar são invenções sociais e reflexos dos embates sobre quais conhecimentos são validados e devem ser inseridos no campo curricular. Aqui o currículo é entendido como elemento extra-escolar, como produto da cultura e das disputas em um contexto social mais amplo. E a NSE, encarrega-se de questionar e investigar as conexões existentes entre os princípios de seleção, de distribuição, de organização, de ensino do conhecimento escolar, de estruturas de poder vigentes, bem como da compreensão sobre a favor de quem o currículo funciona (Silva, 1999).

De modo geral, “a questão básica da NSE era das conexões entre currículo e poder entre a organização do conhecimento e a distribuição do poder” (Silva, 1999, p. 67-68), isto é, “[...] interessa-se pela natureza e pelo status de legitimidade dos saberes escolares” (Valle, 2011, p. 28). Assim, entender a organização do currículo significa “[...] dizer que o que é considerado saber na sociedade ou o que é escolhido para ser incluído no currículo num determinado momento nada mais é do que aquilo que aqueles que estão em posições de poder decidem ser o saber” (Young, 2000, p. 13). Eugênio (2009, p. 27) é contundente ao enfatizar que “[...] as atividades desenvolvidas nas escolas não são neutras, o conhecimento trabalhado nelas é uma escolha de um universo muito mais amplo de conhecimentos e princípios sociais e reflete, logicamente, as relações sociais de poder na sociedade”. Essa constatação reforça o pressuposto de que o currículo, por ser um instrumento de controle social, vai sempre expressar o projeto cultural que o Estado deseja implementar.

Nesse contexto está situada a teoria do sociólogo Basil Bernstein, que contribui com esse movimento ao discutir as formas de controle social veiculadas na escola. Valle (2011, p. 29), por sua via, ressalta que na visão bernsteiniana “o programa de ensino ou a maneira de selecionar, classificar, transmitir e avaliar os saberes escolares reflete a distribuição do poder numa sociedade, que procura assegurar o controle social e determinar o comportamento dos indivíduos”. Segundo Eugênio (2009), o pensamento de Bernstein evidencia que a organização e a transmissão de

um currículo refletem diretamente a identidade social dos indivíduos que são seus destinatários e produzem o perfil de comportamento desejado.

Embora a teoria sociológica de Basil Bernstein tenha sido criticada pelas abstrações, obscuridades conceituais e por esse autor não ter estudado o currículo de forma direta, os seus estudos possibilitam uma análise particular dos impactos das relações de poder na educação. Ademais, permite examinar a organização e a transmissão do conhecimento entre os contextos macro e micro, seja da produção oficial do discurso, seja da prática pedagógica do professor. É inegável o potencial explicativo das concepções desse autor, tal como o fato de o professor ocupar um lugar central nas suas contribuições.

O referencial bernsteiniano, conforme Mainardes e Stremel (2010), tem sido utilizado para ancorar diversos estudos no campo educacional, bem como sobre políticas educacionais e reformas curriculares, especialmente a Teoria do Dispositivo Pedagógico, pois “[...] oferece elementos que possibilitam compreender como os diferentes discursos produzidos pelas reformas curriculares são reinterpretados no interior das instituições educacionais” (Eugênio, 2017, p. 62). A Teoria do Dispositivo Pedagógico, especificamente, busca compreender como uma série de regras pode afetar a transmissão e a aquisição do conhecimento, tanto na perspectiva dos alunos bem-sucedidos no processo de aquisição, quanto dos estudantes com defasagem educacional e de aprendizagem.

Nas palavras do próprio Bernstein (1996, p. 268), o dispositivo pedagógico “é uma gramática para a produção de mensagens e realizações especializadas, uma gramática que regula aquilo que processa: uma gramática que ordena e posiciona e, contudo, contém potencial de sua própria transformação”. Em face desse modelo de dispositivo pedagógico, Bernstein priorizou os processos de comunicação que ocorrem na sala de aula, para compreender melhor os efeitos da distribuição desigual do poder entre os envolvidos no processo educativo (Stefenon, 2017).

O conceito basilar desse estudo — recontextualização — foi elaborado por Bernstein para explicar a passagem do discurso instrucional para o discurso regulativo que, por sua vez, é quem regulamenta as práticas pedagógicas. Para Bernstein (1996), a recontextualização promove a circulação dos discursos oficiais produzidos no Campo Recontextualizador Oficial (CRO) até a prática pedagógica no Campo Recontextualizador Pedagógico (CRP), responsável pela reinterpretação e transformação dos conhecimentos oficiais em conhecimentos escolares adequados ao contexto de cada realidade.

Esse conceito está inserido na Teoria do Dispositivo Pedagógico, mediante a qual “Bernstein desenvolve uma forma de investigar a transição de discursos e enunciados oficiais das ciências de referência para o campo da escola [...] (Silveira; Silva; Oliveira, 2022, p. 5). Em sua obra *A estruturação do discurso pedagógico: classe, código e controle*, Bernstein (1996, p. 254) ressalta que “este dispositivo fornece a gramática intrínseca do discurso pedagógico”, que se torna possível com as regras distributivas (contexto primário ou da produção), regras recontextualizadoras (contexto recontextualizador ou da transmissão) e com as regras de avaliação (contexto secundário ou da aquisição). Essas regras mantêm uma relação hierárquica

entre si, de modo que as regras distributivas regulam as regras recontextualizadoras e estas regulam as regras de avaliação.

O discurso pedagógico, resultado da ordenação das regras recontextualizadoras, é definido como “a comunicação especializada pela qual a transmissão/aquisição diferencial é efetuada” (Bernstein, 1996, p. 258). O discurso pedagógico é produzido e reproduzido por meio dos sucessivos processos de recontextualização, que se configuram pela combinação entre o discurso instrucional (DI) e o discurso regulativo (DR). Segundo o autor, o DI “transmite as competências especializadas e sua mútua relação”, já o DR, é “o que cria a ordem, a relação e a identidade especializadas” (Bernstein, 1996, p. 258). Portanto, “O autor utiliza o conceito de discurso pedagógico como sendo um princípio de inserção de um discurso instrucional (DI), de habilidades específicas, em um discurso regulador – ou regulativo – (DR), de ordem moral, que é dominante sobre o primeiro” (Gallian, 2008, p. 244). Portanto, o discurso pedagógico consiste em um conjunto de regras que visam a embutir o discurso instrucional no discurso regulativo. Para Bernstein (1996, p. 259),

O discurso pedagógico é, pois, um princípio que tira (desloca) um discurso de suas práticas e conteúdos substantivos e recoloca aquele discurso de acordo com seu próprio princípio de focalização e reordenamento seletivos. Nesse processo de deslocamento e recolocação, o discurso original passa por uma transformação de uma prática real para uma prática virtual ou imaginária.

Morais e Neves (2007) argumentam que a produção e a reprodução do discurso pedagógico envolvem processos e contextos altamente dinâmicos, como os princípios dominantes do discurso regulador, que refletem os conflitos entre os agentes políticos do campo recontextualizador oficial, entre agentes do campo recontextualizador pedagógico e entre as práticas da escola no microcontexto. Segundo as autoras, é este dinamismo entre os agentes em seus respectivos campos de recontextualização que permite que a mudança aconteça no discurso pedagógico.

A singularidade desse referencial teórico expõe que apesar do crescente aumento de estudos embasados na teoria de Bernstein, a produção ainda é limitada, especialmente quando se vincula essa teoria às pesquisas no campo temático do ensino da Geografia. A limitação supracitada ficou evidente com o levantamento bibliográfico realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Nas buscas, foram usadas as palavras-chave “recontextualização e ensino de Geografia”, “recontextualização e Geografia” e “Basil Bernstein e Geografia”. Como resultado do levantamento, foram identificados apenas 12 trabalhos, dos quais 05 dissertações e 07 teses. Após a leitura do resumo e do sumário de todos os estudos, apenas 03 teses estão relacionadas ao processo de recontextualização no ensino de Geografia.

As teses identificadas dão ênfase, ainda que em contextos e formas diferentes, às práticas pedagógicas e aos processos de recontextualização das políticas curriculares e dos currículos de Geografia. Dentre os trabalhos selecionados, é possível identificar os contornos teóricos de cada tese e confirma a utilização do referencial bernsteiniano, bem como da perspectiva analítica da recontextualização para explicar o as relações existentes entre o paradigma produtivo no bojo das

políticas neoliberais e a organização curricular oficial dos PCNs de Geografia para o ensino fundamental; a formação inicial do professor de Geografia como dimensão constitutiva dos processos de recontextualização de sua prática pedagógica e o esvaziamento curricular da Geografia escolar e a reprodução das desigualdades educacionais, bem como os elementos essenciais do discurso pedagógico constituído nas aulas de Geografia nos contextos educacionais desiguais das respectivas escolas.

Entre os estudos selecionados, Stefenon (2017) realiza uma reflexão pertinente sobre os desafios do professor de Geografia na perspectiva de seu estudo. Segundo ele, transformar o conhecimento da ciência de referência em conhecimento escolar sem relativizar os saberes geográficos e sem diminuir o nível de exigência conceitual, tende a manter a disciplina Geografia no nível da abstração. Ele discute como a teoria de Bernstein pode ser empregada em pesquisas relacionadas às práticas curriculares no microcontexto das aulas de Geografia e evidencia uma preocupação com o acesso desigual ao conhecimento profundo e criativo. Tendo em vista a influência do contexto familiar e social dos alunos no processo de transmissão e aquisição do saber geográfico, Stefenon (2017) referenciado em Bernstein conclui, nesse sentido, que é necessário respeitar os ritmos de aprendizagem, privilegiar a participação do estudante no processo comunicativo e reconhecer as diferentes culturas presentes na escola.

Outra base de dados consultada nesse levantamento bibliográfico foi o portal Scielo. Nas buscas, novamente, foram usadas as seguintes palavras-chave: “recontextualização e ensino de Geografia”, “recontextualização e Geografia” e “Basil Bernstein e Geografia”. Como resultado do levantamento, foram identificados somente 02 artigos. Um apresenta uma reflexão sobre a avaliação e suas implicações no currículo de Geografia e a construção do conhecimento na escola, considerando que ela impacta diretamente no desenvolvimento intelectual dos estudantes. Esse artigo foi um desdobramento dos resultados da pesquisa de doutorado de Stefenon (2017), que constatou que os critérios de avaliação afetam a configuração das práticas curriculares de Geografia na escola.

O outro artigo de Santos, de Eugenio e Pereira (2022), é resultante da pesquisa de mestrado de Santos (2021). Tendo como aporte teórico os construtos de Basil Bernstein, especificamente o conceito de recontextualização, a produção investiga a formação e as práticas pedagógicas de professores de Geografia do ensino médio e discute a repercussão das reformas curriculares para a prática dos professores e para a disciplina Geografia. Os autores evidenciam os desafios do professor de Geografia para realizar o processo de recontextualização diante da desvalorização da disciplina escolar, das lacunas da formação docente, das interferências externas nas práticas docentes e das consequências das reformas curriculares.

Segundo Santos, Eugenio e Pereira (2022), a Reforma do Ensino Médio afetou a atuação docente, sobretudo de Geografia, que foi secundarizada e formatada para formar o sujeito ideal ao mercado de trabalho. Apoiado no referencial bernsteiniano, este artigo conclui que as práticas pedagógicas dos professores de Geografia estão suscetíveis a variadas interferências, assim, o processo de recontextualização e as

condições dos contextos escolares e dos estudantes podem levar a um empobrecimento do Discurso Pedagógico de Reprodução (DPR).

Conclusões

Em linhas gerais, o resultado desse resumo evidencia o potencial analítico do referencial de Basil Bernstein, sobretudo em estudos no campo curricular da Geografia escolar. A singularidade desse referencial teórico consolida a sua importância e a grandiosidade do desafio de se debruçar em uma teoria complexa, com raras produções de Bernstein traduzidas na língua portuguesa, mas que possibilita construir e explicar a relação dialética entre teoria e mundo empírico da investigação.

Nestas conclusões, é interessante registrar que através desse levantamento bibliográfico verificou-se uma produção incipiente no que se refere à contribuição da teoria de Basil Bernstein na compreensão de como os conhecimentos geográficos oficiais prescritos no currículo escolar de Geografia são recontextualizados até o micro contexto da sala de aula. Acrescenta-se ainda que a pretensão desse estudo não é de esgotar aqui uma discussão dessa envergadura. E que o esforço para realizar essa pesquisa bibliográfica e produzir esse artigo faz parte de um movimento principiante acerca da teoria sociológica de Basil Bernstein e os processos de recontextualização no currículo escolar de Geografia que, possivelmente, contribuirá para pesquisas vindouras.

De modo genérico, os estudos demarcados pela temática estudada e identificados até aqui não realizam uma análise espacial ou geográfica, mas sim uma explicação de como ocorrem os processos de recontextualização na prática de ensino dos professores de Geografia. Ou seja, as pesquisas sobre a recontextualização no ensino de Geografia fundamentada na teoria de Bernstein privilegiam o trajeto percorrido pelo conhecimento e as relações de poder presentes no processo educacional e seus impactos na produção de identidades e na reprodução da cultura social e das desigualdades.

Referências

BERNSTEIN, B. A estruturação do discurso pedagógico: Classes, Código e Controle. Petrópolis: Vozes, 1996.

EUGÊNIO, B. G. Políticas curriculares para o ensino médio no Estado da Bahia: permeabilidades entre contextos e a cultura da escola. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, p. 196, 2009.

EUGÊNIO, B. G. Práticas curriculares em uma escola de ensino médio no estado da Bahia. Santa Maria-RS: Educação, v. 42, n. 1, p. 57-72, jan./abr. 2017.

MAINARDES, S.; STREMEL, J. A teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as pesquisas sobre políticas educacionais e curriculares. Revista Teias, v. 11, n. 22, p. 31-54, mai./ago. 2010.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2022.

MORAIS, A. M.; NEVES, I. P. A teoria de Basil Bernstein: alguns aspectos fundamentais. Práxis Educativa. V. 2, n. 2. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (org.). Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 2005.

ROSA, C. do C. Professores iniciantes de Geografia: processos de recontextualização da formação inicial no contexto da prática pedagógica. 206 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

SANTOS, B. F. dos. (org.) A Sociologia de Basil Bernstein na Pesquisa em Educação em Ciências e Matemática. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

SANTOS, B. F. dos. Linguagens de descrição, dispositivos de tradução e o vazio discursivo: teoria, prática e crescimento do conhecimento científico com Basil Bernstein. In: SANTOS, B. F. dos. (org.) A Sociologia de Basil Bernstein na Pesquisa em Educação em Ciências e Matemática. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

SANTOS, H. S. A. A recontextualização do ensino de geografia no currículo do ensino médio no estado da Bahia. Dissertação (Mestrado em Ensino), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista-BA, p. 145, 2021.

SANTOS, H. S. A.; EUGENIO, B.; PEREIRA, S. M. C. Professores de Geografia do ensino médio: formação e práticas pedagógicas. Vitória da Conquista – BA: Geopauta, V. 6, 2022.

SILVA, E. E. da.; EUGENIO, B. dos. A recontextualização do currículo de ciências nos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola quilombola. In: SANTOS, B. F. dos. (org.) A Sociologia de Basil Bernstein na Pesquisa em Educação em Ciências e Matemática. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 1999.

SILVEIRA, E. da S.; SILVA, M. R. da; OLIVEIRA, A. M. de. Processos de Recontextualização: subsídios para uma análise crítica de políticas curriculares. Curitiba-PR: Jornal de Políticas Educacionais, v. 16, nov. 2022.

SOARES, M. de O. O novo paradigma produtivo e os parâmetros curriculares nacionais de Geografia. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, p. 181, 2011.

STEFENON, D. L.; CASTELLAR, S. M. V. A teoria de Basil Bernstein: caminhos possíveis para a pesquisa em ensino de geografia. *Anekumene*, n. 11, p. 49-57, fev. 2016.

STEFENON, Daniel Luiz. Desigualdades educacionais e esvaziamento curricular: um estudo a partir do caso de recontextualização dos saberes geográficos na escola. 216 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

VALLE, Ione Ribeiro. Sociologia da educação, currículo e saberes escolares. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

YOUNG, M. F. D. O currículo do futuro: da “nova sociologia da educação” acarneiro uma teoria crítica do aprendizado. Campinas-SP: Papirus, 2000.